

RECURSO ESPECIAL Nº 1.624.421 - SP (2016/0148911-2)

RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES
RECORRENTE : CONCESSIONARIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES S.A.
ADVOGADOS : PAULO HENRIQUE DOS SANTOS LUCON - SP103560
JOÃO PAULO HECKER DA SILVA E OUTRO(S) - SP183113
RECORRIDO : ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S/A
ADVOGADOS : MARCELO BELTRÃO DA FONSECA - SP186461
MARIA AUGUSTA FONSECA PAIME OUTRO(S) - SP230668

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de recurso especial interposto por Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A., com base nas alíneas "a" e "c" do inciso III do art. 105 da CF/1988, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, publicado na vigência do CPC/1973, assim ementado (e-STJ, fl. 1.958):

AGRAVO DE INSTRUMENTO - Ação de obrigação de fazer - Remanejamento ou proteção de postes de transmissão de energia em trechos do Sistema Rodoviário Anchieta/Imigrantes - Conexão entre ações propostas pela ECOVIAS contra fornecedoras de energia elétrica - Cabimento - Decisão anterior da Colenda Câmara Especial que reconheceu a conexão. Inteligência do art. 103 do CPC - Para a ocorrência da conexão basta que haja certa semelhança entre os feitos judiciais - Demandas que guardam idêntica finalidade (a segurança dos usuários do sistema rodoviário) - Necessidade de julgamento em conjunto, para que não haja decisões conflitantes - R. decisão mantida.
Recurso improvido.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ, fls. 1.982-1.992).

Alega a recorrente, além de dissídio jurisprudencial, violação do art. 105 do CPC/1973, pois nada justifica o julgamento das ações conexas que estão em fases processuais distintas, uma vez que o referido dispositivo prevê apenas uma faculdade do magistrado em julgá-las simultaneamente.

Sustenta contrariedade ao art. 125, II, do CPC/1973, porquanto entende que a sujeição a aguardar que seja realizada nova perícia na outra demanda acarretará prejuízo à prestação da tutela jurisprudencial e à celeridade do processo.

Não foram apresentadas contrarrazões.

Parecer do Ministério Público Federal às e-STJ, fls. 2.258-2.263, em que opina pelo provimento do recurso especial.

É o relatório.

O Tribunal de origem entendeu que as ações conexas deveriam ser

Superior Tribunal de Justiça

reunidas com amparo no julgamento anterior de conflito de competência, para evitar decisões conflitantes, conforme se infere dos seguintes excertos do julgado impugnado (e-STJ, fls. 1.960-1.963):

Respeitados os fundamentos apresentados no recurso, mantém-se o apensamento das demandas propostas pela Concessionária ECOVIAS, a primeira em face da Agravante (processo nº 0075310-67.2004.8.26.0100) e a outra em face da ELEKTRO (processo nº 0084250-21.2004.8.26.0100), em virtude do reconhecimento da conexão.

Colhe-se dos autos que a Concessionária ECOVIAS propôs ação de obrigação de fazer em face da Agravante para o remanejamento ou proteção de postes de transmissão de energia elétrica alocados nas Rodovias SP 040, SP 150 e SP 160, distribuída perante a 1ª Vara Cível do Foro Central (fls. 32/60).

Por outro lado, foi proposta outra ação em face da ELEKTRO, também para o remanejamento ou proteção de postes situados nas Rodovias SP 055 e SP 248, em que requerido o reconhecimento da conexão com o feito anterior (fls. 1.904/1.927).

Contudo o MM. Juízo da 1ª Vara Cível entendeu não ser o caso de conexão entre as duas demandas, determinando-se a distribuição livre da segunda.

Redistribuídos os autos a 29ª Vara Cível do Foro Central, a MM.ª Juíza suscitou Conflito Negativo de competência (fls. 2.063/2.064), julgado procedente pela Câmara Especial do Tribunal de Justiça, declarando-se competente o Juízo suscitado, a 1ª Vara Cível da Capital, reconhecendo-se a conexão entre as demandas (fls. 2.125/2.127).

Isto só é o suficiente para manter a reunião entre os feitos.

[...]

Para que não haja decisões conflitantes e o risco de, numa mesma rodovia, haver trechos com maior ou menor segurança, de rigor sejam as ações decididas pelo mesmo Juízo.

Em linhas gerais, o decidido pelo Órgão Especial subsiste até mesmo às insurgências da Agravante, ainda que se refira à demanda intentada contra outra fornecedora de energia elétrica.

[...]

É neste aspecto que se verifica o motivo para o julgamento em conjunto pelo mesmo Juízo, evitando-se assim que decisões conflitantes sejam proferidas.

No entanto, a insurgência deixou incólume essas justificativas.

A não contestação de fundamento suficiente para manter o acórdão recorrido atrai a aplicação do óbice da Súmula 283/STF, inviabilizando o conhecimento do apelo extremo.

A propósito:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. CONCURSO PÚBLICO. DETRAN/PE. DEFICIENTE FÍSICO. ALTERAÇÃO DA LEI QUE CONSIDERAVA O CANDIDATO COMO DEFICIENTE, DURANTE O CONCURSO. FALTA DE IMPUGNAÇÃO, NO RECURSO

Superior Tribunal de Justiça

ESPECIAL, DOS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO COMBATIDO, SUFICIENTES PARA A SUA MANUTENÇÃO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 283/STF. DEFICIÊNCIA FÍSICA RECONHECIDA, PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. ALTERAÇÃO. REEXAME. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

I. Agravo Regimental interposto em 12/02/2016, contra decisão publicada em 02/02/2016.

II. Não merece prosperar o Recurso Especial, quando a peça recursal não refuta determinado fundamento do acórdão recorrido, suficiente para a sua manutenção, em face da incidência do enunciado da Súmula 283 do STF ("É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles"). No caso, a parte recorrente deixou de impugnar o fundamento do acórdão recorrido, no sentido de que "a junta médica do certame em apreço aplicou a literalidade do supracitado Decreto 5296/04, o qual não estava em vigor na data da publicação do edital do certame em questão, entendendo pela desclassificação do candidato ora apelante por considerar que a sua surdez bilateral não se enquadrava na previsão de deficiência auditiva". Incidência da Súmula 283/STF.

III. Ademais, tendo o acórdão recorrido concluído pela existência de perda auditiva bilateral, suficiente a enquadrar o autor como deficiente auditivo, nos termos da lei, aferir a existência da perda auditiva, em Recurso Especial, demandaria o reexame do conteúdo fático-probatório dos autos, providência vedada, em sede de Recurso Especial, ante o óbice da Súmula 7/STJ.

IV. Agravo Regimental improvido.

(AgRg no REsp 1.504.904/PE, Rel. Min. ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 12/4/2016, DJe 19/4/2016 – grifos acrescidos)

Ademais, é inviável, na via eleita, a verificação de prejuízo em razão da reunião das ações conexas, devido ao óbice da Súmula 7/STJ, uma vez que seria necessária a incursão probatória.

No ponto:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. OFENSA A DIVERSOS DISPOSITIVOS DE LEGISLAÇÃO FEDERAL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. APLICAÇÃO DA SÚMULA N. 211 DO STJ. LICITAÇÃO. NULIDADE DO PROCEDIMENTO E OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER. NOVO CERTAME LICITATÓRIO COM O MESMO FORMATO IMPUGNADO. INTERESSE PROCESSUAL. EXISTÊNCIA. CONCLUSÕES DA ORIGEM. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA N. 7 DESTA CORTE SUPERIOR. ARESTO GENÉRICO. ALEGAÇÃO POR RECORRENTE QUE COMPÕE O POLO PASSIVO DA AÇÃO. INTERESSE RECURSAL. INEXISTÊNCIA. DECLARAÇÃO DE NULIDADE DE DECISÃO QUE RECONHECEU A CONEXÃO. NECESSIDADE DE PREJUÍZO. APLICAÇÃO DA SÚMULA 7. SUSTENTADA AFRONTA À SÚMULA VINCULANTE.

Superior Tribunal de Justiça

DESCABIMENTO DO RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE OFENSA AO ART. 535. FALTA DE OMISSÃO OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO OU ERRO MATERIAL.

1. Não se conhece de ofensa a dispositivo da legislação federal se a questão não foi objeto do necessário prequestionamento. Enunciado n. 211 da Súmula deste Tribunal.

2. Ausente é a violação ao art. 267, inc. VI, do Código de Processo Civil (CPC), se subsistente o interesse processual na declaração de nulidade do processo licitatório e na condenação da recorrente em abster-se de realizar novo certame com o mesmo formato impugnado.

3. É inadmissível recurso especial por violação aos arts. 103, 104 e 105 do CPC, quando se faz necessária a análise sobre a identidade entre o pedido ou a causa de pedir que autorize a união de causas. Aplica-se à hipótese o Verbete n. 7 da Súmula desta Corte.

4. Falece ao recorrente (réu) interesse recursal, pois somente ao autor cabe arguir vício de aresto genérico.

5. O sistema processual é informado pelo princípio da instrumentalidade das formas e, por isso mesmo, somente a nulidade que sacrifica os fins de justiça do processo deve ser declarada (*pas de nullité sans grief*). Nesse sentido e por dizer respeito meramente ao interesse das partes, a declaração de nulidade da conexão depende da demonstração de eventual prejuízo, cuja existência, por sua vez, jamais poderá ser verificada por esta Corte por meio de apelo extremo, em razão do óbice do seu Enunciado n. 7.

6. Atrai o óbice da Súmula n. 7 desta Corte a alegação de ofensa aos arts. 2º, 128, 130, 334, 264, 460 e 462 do CPC para inversão de julgado do Tribunal de origem, o qual concluiu, após análise do conjunto fático-probatório dos autos, que os fundamentos na apelação não foram inovadores e que a juntada de documento, em verdade, objetivava reforçar o pedido formulado na inicial.

7. Não se pode conhecer da violação à Súmula Vinculante n. 3 do Supremo Tribunal Federal, porque, para fins de interposição de recurso especial, o conceito de "lei federal" não abrange as súmulas, sejam vinculantes ou não.

8. Os órgãos julgadores não estão obrigados a examinar todas as teses levantadas pelo jurisdicionado durante um processo judicial, basta que as decisões proferidas estejam devida e coerentemente fundamentadas, em obediência ao que determina o art. 93, inc. IX, da Lei Maior. Precedentes.

9. Ademais, não há vício a ser sanado em acórdão que oferece conclusão conforme a prestação jurisdicional solicitada, manifestando-se de forma clara e harmônica sobre a matéria.

10. Recursos parcialmente conhecidos e, nessas partes, não providos.

(REsp 1.179.286/SP, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 7/10/2010, DJe 25/10/2010 – grifos acrescidos)

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III, do CPC/2015, não conheço do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

Ministro Og Fernandes
Relator

